

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 4 DE MAIO DE 2000

Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Antônio Carlos Magalhães; Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Velloso; Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares; Senhores Ministros de Estado; Senhores Governadores; Senhores Parlamentares; Senhores Ministros dos Tribunais Superiores; Senhores Prefeitos; Senhoras e Senhores,

Quero iniciar estas breves palavras fazendo, como o Ministro Martus, agradecimentos, e começo por agradecer a ele próprio. Eu tenho acompanhado o trabalho do Ministro Martus no desenvolvimento dessa lei e sei que se é verdade que ele contou com uma colaboração denodada – citou os nomes de vários e eu me permito não repetir, por desnecessário – de um grupo de companheiros, técnicos competentes, também é verdade que foi o labor incansável do Ministro Martus, nas suas várias fases de atividade no Ministério, mesmo quando ainda não era Ministro, que permitiu que essa lei chegasse ao ponto a que chegou, hoje, na sua sanção.

Acho que o Ministro Martus é uma dessas pessoas, como disse quando dei posse a ele e também havia dito ao Ministro Pedro Parente, e poderia dizer de vários outros, como o Ministro da Fazenda, que se gaba de ser funcionário público, que são exemplos claros do que é o administrador público brasileiro: dedicado, competente, modesto, trabalhador.

É graças ao esforço de gente como esses ministros e como centenas, senão milhares de pessoas que trabalham no Governo Federal, que é possível levar adiante não só a reforma do Estado, como nós estamos fazendo, mas, também, o cotidiano pesadíssimo de um país em franco processo de mudança, mudança de mentalidade, mudança de práticas, mudança de valores. País que tem conseguido sobrepujar as dificuldades que, eventualmente, têm emergido com galhardia.

Portanto, agradeço ao Ministro Martus e, ao citá-lo, me dispenso de citar outros mais. Mas é de todo o coração que agradeço este imenso corpo de servidores do Estado.

Também não seria correto deixar de dizer uma palavra de reforço aos agradecimentos já feitos ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, ao Senado da República, a todos aqueles, são muitos, que aqui estão. Vejo aqui, diante de mim, vários dos relatores em vários momentos dessa lei, presidente de comissão, presidentes das duas Casas e líderes, líderes na Câmara e líderes no Senado, do Governo e dos demais partidos e, também, líderes de oposição que, no caso desta lei, colaboraram para que nós pudéssemos chegar a uma lei que fosse a expressão de uma vontade efetiva de um Brasil moderno, novo, competente e correto.

A prova mais cabal de que essa lei veio para ficar e pegou é que o Senado da República passou hoje o dia inteiro, até há poucos instantes, votando matérias da maior importância, com uma dedicação enorme. Eu agradeço a todos, desde o Presidente do Senado até os líderes do Governo, muito especialmente o Senador Roberto Arruda, aos líderes dos partidos – eu ouvi uns ou outros discursos, feitos pelos líderes dos partidos ontem –, ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República.

Se refiro-me ao Senado é porque foi agora. Poderia ter dito a mesma coisa sobre a Câmara dos Deputados. Mas o Senado, hoje, estava votando matérias importantes, já explicado aqui pelo Ministro Martus o porquê da sua importância, para que não haja equívocos. Se o Senado votou uma série de projetos de rolagem de dívidas é porque, sem essa rolagem das dívidas quem ia ser penalizado seria o contribuinte, seria o administrador não responsável por elas e, eventualmente, alguns bancos, como o Banco do Brasil, que tinham financiado alguns desses títulos.

Foi com esse sentido de responsabilidade pública e, portanto, mesmo afrontando mal-entendidos que pudessem haver, do porquê de uma correria para aprovar rolagem de dívidas, que o Senado demonstrou que a lei é para valer. Daqui por diante, nada mais poderá ser feito, nesta matéria, porque o Governo Federal não pode mais socorrer os outros entes da Federação, porque cada um deles vai se organizar de acordo com os cânones desta lei, de tal modo que não serão mais necessárias essas medidas de socorro feitas pelo Governo Federal.

O fato de os senadores terem se dedicado com tanto afincamento é uma prova de que maneira encarar essa lei, como um sinal de novos tempos. Ela é um sinal de novos tempos. Eu até poderia dizer que nós podemos nos orgulhar, como brasileiros. Se é verdade que fomos buscar exemplos em países distantes, também é verdade que nós adaptamos a lei às nossas circunstâncias.

E foi o Congresso Nacional que, em um ano, um prazo brevíssimo para uma lei dessa importância, dotou o País de um instrumento que é de uma limpidez, de uma clareza absolutamente transparente, para que nós possamos acompanhar o desempenho das contas públicas.

Isso não foi por acaso. Isso ocorre porque o Brasil passa não somente por mudanças no sentido econômico, no sentido social, mas de mentalidade, de valores e porque há um enraizamento crescente da democracia em nosso país.

As palavras do Ministro Martus aqui foram muito expressivas para mostrar a convergência de esforços da sociedade, dos setores políticos, para que seja possível a gestão de uma lei dessa magnitude. E o deba-

te que se travou ao redor dessa lei: 5 mil sugestões apresentadas pela Internet a essa lei, fora outras centenas ou milhares de sugestões apresentadas diretamente. Participação ativa da sociedade em uma lei que não apenas limita a possibilidade do gasto público, mas faz mais do que isso: dota o servidor público e aquele que responde por uma função pública do senso de responsabilidade. Ele é obrigado. Se não tiver o impulso íntimo de ser responsável, será obrigado pela lei a cumprir um conjunto de regras para salvaguardar o interesse público. Isso por quê? Porque, na evolução democrática que estamos presenciando, o País não aceita mais a irresponsabilidade. Não aceita mais o mau uso do gasto público.

Eu queria aproveitar a oportunidade para lhes dizer que, se é verdade que hoje se vê no Brasil inteiro um clamor contra a impunidade, um clamor contra a corrupção, este clamor existe porque este país está cada vez mais democrático e porque tem instituições, como o Governo, os Executivos, como o Congresso, como a imprensa, que são instituições que estão atentas e sintonizadas com esse clamor. Enganam-se aqueles que, ao ver as denúncias, pensam que, ao ocorrer isso, é porque existe a corrosão do aparelho do Estado. É o contrário. É porque existe o fortalecimento do aparelho do Estado pela democracia que é possível que apareçam as coisas equivocadas.

Esta lei vem, portanto, neste bojo de um espírito novo, que é um espírito que não quer encobrir nada e quer, sim, punição. Tanto quer punição que junto da lei há uma outra lei – e o Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara, acaba de me informar que, nas próximas semanas, será votada na Câmara dos Deputados – que é uma lei que penaliza aqueles que, eventualmente, venham a se desviar do curso da boa regra da Administração Pública limpa e correta.

É este o espírito que está prevalecendo no Brasil. Não é de vingança. Não é de impunidade. Não de escândalo pelo escândalo. É da vontade de corrigir. E só se corrige na democracia. Só se corrige quando existe liberdade.

Mas a democracia não é só a liberdade. Essa lei se chama Lei de Responsabilidade Fiscal. A democracia exige o respeito à representa-

ção popular. São representantes populares os prefeitos, os vereadores, os deputados estaduais, os federais, os senadores, os governadores e o Presidente da República. A democracia exige o respeito à autoridade constituída porque ela foi constituída pelo povo. E o respeito à autoridade é o respeito ao próprio povo. Exige o respeito à representação popular, mas exige também um sentimento de responsabilidade, para que a liberdade possa ser gozada e para que a liberdade de um não prejudique a liberdade de outros. Isso é o fundamento da democracia.

Estivesse eu em uma sala universitária, poderia falar dos contratos em Locke ou poderia falar do Estado em Hobbes. Em qualquer dos fundamentos básicos da democracia e da existência do Estado há sempre a idéia de que a liberdade deixa de existir quando não existe uma ordem respeitada, assumida, aceita e, portanto, legítima. E isso implica a responsabilidade no exercício da liberdade.

Não digo isso por acaso. Digo isso porque tenho dito já, e reiterado, que o Brasil cansou da falta de respeito à liberdade, da transformação da liberdade de uns no constrangimento de outros. O Brasil e o Presidente não vão admitir que funcionários públicos da categoria dos que mencionei aqui sejam reféns de gente que faz baderna em nome de uma causa que, em si, é justa, mas que não tem nada a ver com a ação desordenada – que prejudica a liberdade daqueles que estão gozando dos frutos da democracia – e, portanto, é ação antidemocrática.

Vivemos um momento de democracia plena. A democracia plena exige responsabilidade, exige, portanto, que se cobre que a liberdade não interfira na liberdade de terceiros.

Faremos cumprir a determinação do povo, que está escrita na Constituição, com prudência, com moderação, mas com firmeza. E não hesitarei em utilizar todos os poderes constitucionais de que disponho, que me foram dados pelo povo, para manter a ordem democrática.

É bem-vindo que seja neste dia de hoje, dia de uma semana de certa tensão no país, que estejamos a assinar um instrumento desse alcance, fruto da democracia, fruto do trabalho conjunto de todos nós.

É com esse mesmo espírito que, ao agradecer e ao saudar, como já o fiz, aqueles que trabalharam por esta lei, reafirmo meu compromisso pleno com a democracia e também com as minhas responsabilidades, com todas, e, portanto, com a necessidade de mantermos o respeito neste país. E conto com o apoio, tenho certeza, de todos os democratas e de todos os patriotas.

Muito obrigado.